



## 6º Ata de Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Coronel Fabriciano

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2025, às nove horas da manhã, na sede do PREVCEL, situado na rua Quintiliano Pereira, 25, Centro, Cel. Fabriciano - MG, reuniu-se o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Coronel Fabriciano – RPPS/PREVCEL. Comparecem neste ato o Diretor Executivo do PREVCEL, Anderson Fiedler Bremer, juntamente com a Diretora Administrativo-Financeiro do RPPS/PREVCEL, Elaine Gonçalves Silva Rodrigues; e o servidor público indicado na forma do artigo 23, I, "c" da Lei Complementar Municipal 12/2022, Wander Marcondes Moreira Ulhôa (SGFO). Fica designado o Secretário Adjunto de Governança Financeira e Orçamento (SGFO) para exercer o cargo de secretário na presente reunião. Verificada a presença de todos os membros o Diretor Executivo declarou aberta a reunião. Os membros do Comitê observaram que o cenário macroeconômico pouco ou nada se modificou vis-à-vis as perspectivas do período imediatamente anterior (maio), donde se observa que a política monetária segue bastante restritiva no sentido de convergir o índice de inflação (IPCA) às metas fixadas em acordo com a Resolução CMN nº. 5.141, de 26 de junho de 2024 (ver anexo), a saber (art. 2º): "a meta para a variação acumulada em doze meses do índice de preços indicado no art. 1º, apurada mês a mês, a ser aplicada no período que se inicia em 1º de janeiro de 2025, é fixada em 3,00% (três inteiros por cento), com intervalo de tolerância de menos 1,50 p.p. (um e meio ponto percentual) e de mais 1,50 p.p. (um e meio ponto percentual)". Considerando que a taxa acumulada do IPCA, em 12 meses foi de 5,32% (maio/2025), o Banco Central do Brasil (BCB) segue elevando a taxa básica de juros (SELIC). Tanto é assim, que na última reunião do COPOM (271º de 17 e 18 de junho de 2025, ver anexo), "o Copom **decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 15,00% a.a.**, e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego". Considerando que o cenário futuro, no que diz respeito à política monetária, permanece ancorado numa perspectiva contracionista os membros deste Comitê de Investimento (PREVCEL) seguem a estratégia de privilegiar ativos financeiros em renda fixa cujo *benchmark* esteja vinculado às taxas DI, obedecendo, é claro, as diretrizes fixadas no âmbito da Política de Investimentos. Isto, a rigor, tem se mostrado aderente aos objetivos desejados, afinal até o mês de maio/2025 a rentabilidade média foi de 5,81% superior à meta atuarial (IPCA + 5,20%), qual seja: 4,88%. **O Quadro abaixo mostra o comportamento da Rentabilidade da Carteira x Meta Atuarial.**

*[Handwritten signature]*





Carteira: CORONEL FABRICIANO Data Extrato: 30/05/2025

**EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS**

**Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial**

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2025	1,52	0,70	1,08	1,28	1,10								5,81
IPCA + 5,20%	0,60	1,72	0,95	0,83	0,68								4,88
p.p. Indexador	0,92	-1,02	0,14	0,44	0,41								0,94
2024	0,34	0,62	0,62	-0,21	0,68	0,30	1,16	0,94	0,19	0,45	0,21	-0,41	4,98
IPCA + 4,98%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,07
p.p. Indexador	-0,51	-0,58	0,07	-1,02	-0,19	-0,30	0,33	0,54	-0,66	-0,56	-0,56	-1,33	-5,09
2023	1,06	0,39	1,27	1,03	1,60	1,95	1,05	0,24	0,32	-0,09	2,19	1,62	13,26
IPCA + 4,98%	0,96	1,19	1,16	0,96	0,66	0,33	0,53	0,68	0,65	0,65	0,67	0,95	9,77
p.p. Indexador	0,10	-0,80	0,11	0,07	0,85	1,62	0,54	-0,43	-0,33	-0,73	1,52	0,67	3,49
2022	0,37	0,81	2,43	-0,00	1,21	-0,75	0,62	1,20	0,86	1,50	-0,59	0,53	8,45
IPCA + 5,04%	0,95	1,39	2,06	1,44	0,90	1,08	-0,27	0,09	0,12	0,98	0,80	1,05	11,09
p.p. Indexador	-0,58	-0,57	0,37	-1,44	0,31	-1,83	0,89	1,11	0,74	0,51	-1,39	-0,52	-2,65
2021					0,20	0,24	0,26	0,32	-1,78	-2,11	1,55	1,25	-0,13
IPCA + 5,79%					1,30	1,00	1,46	1,37	1,64	1,70	1,40	1,25	11,80
p.p. Indexador					-1,11	-0,77	-1,20	-1,05	-3,41	-3,81	0,14	-0,00	-11,93

Destaca-se, finalmente, que os membros do Comitê de Investimento do PREVCEL continuam atentos ao cenário econômico-financeiro de 2025, embora não seja esperado nenhuma mudança abrupta da política monetária, afinal já há claros indicativos que o ciclo de aumento da SELIC chegou ao fim, abrindo a possibilidade de reduções ainda no exercício de 2025. Segue anexa à ATA o relatório do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos (DAIR), competência de 05/2025, cujo valor dos ativos é de R\$ 158.954.034,70. No que diz respeito aos recursos financeiros excedentes do mês de maio/2025 os seguintes procedimentos foram tomados (ver ofício nº. 125/2025), a saber: **i**) aplicação do valor de R\$ 102.545,25 da conta 16-8 mantida junto à Caixa Econômica Federal no fundo CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP (CNPJ 05.164.356/0001-84). Já em relação ao fundo BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII - CARE11 (CNPJ 13.584.584/0001-31), o comportamento do fundo em relação aos meses anteriores continua da mesma forma, acumulando quedas sucessivas mensais, sendo que o fundo insiste pelo não pagamento dividendos. Os membros do comitê manifestam sua contínua insatisfação com o desempenho do fundo, bem como com a falta de transparência na divulgação de informações. O comitê mantém a decisão de permanecer no fundo para evitar perda de capital, uma vez que o fundo possui marcação a mercado e tentar vender neste momento de baixa somente realizaria o prejuízo estimado. Somado a isso verificamos que os títulos ainda não possuem liquidez no mercado. Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o Diretor Executivo, Anderson Fiedler Bremer, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual eu Elaine Gonçalves Silva Rodrigues, lavrei a presente ata que foi assinada pelos presentes. Coronel Fabriciano, 24 de junho de 2025.

  
Anderson Fiedler Bremer

  
Elaine Gonçalves Silva Rodrigues

  
Wander Marcondes Moreira Ulhôa



Regime Próprio de Previdência Social  
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
de Coronel Fabriciano – PREVCEL  
**DIRETORIA ADM. E FINANCEIRA**

**OFÍCIO DIEEXEC/PREVCEL Nº. 125/2025**

Coronel Fabriciano, 16 de junho de 2025.

A Sua Senhoria Senhora

**RISETH BASTOS COTTA LANA**

Gerente da Caixa Econômica Federal

**AGÊNCIA DE CORONEL FABRICIANO- MG**

Endereço: Rua José Cornélio, 131, Centro - Cep: 35170008,

Coronel Fabriciano – Minas Gerais.

Tel.: 3841-9550 - E-mail: ag0894@caixa.gov.br.

**Assunto:** Aplicação Financeira.

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o nº. 125/2025.

Senhora Gerente,

Solicitamos que o valor total da conta 16-8 seja integralmente aplicado no Fundo  
**CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP, CNPJ 05.164.356/0001-84.**

Atenciosamente;

  
**ANDERSON FIEDLER BREMER**  
Diretor Executivo - PREVCEL  
CPF: 004.751.166-40

  
**ELAINE GONÇALVES SILVA RODRIGUES**  
Diretora Adm. Financeira - PREVCEL  
CPF: 833.654.516-68





Ata da Reunião do  
**Comitê de Política Monetária — Copom**

17 e 18 de junho de 2025

# 271ª Reunião COPOM

17 e 18 de junho



**Data:** 17 e 18 de junho de 2025

**Local:** Salas de reuniões do 8º andar (17/6 e 18/6 – manhã) e do 20º andar (18/6 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

**Horários de início e término:** 17 de junho: 10h11 – 11h56; 14h32 – 18h16  
18 de junho: 10h10 – 11h11; 14h36 – 18h32

## Presentes:

**Membros do Copom** Gabriel Muricca Galípolo – *Presidente*  
Ailton de Aquino Santos  
Diogo Abry Guillen  
Gilneu Francisco Astolfi Vivian  
Izabela Moreira Correa  
Nilton José Schneider David  
Paulo Picchetti  
Renato Dias de Brito Gomes  
Rodrigo Alves Teixeira

**Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas** (presentes em 17/6 e na manhã de 18/6): André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 18/6)  
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações do Mercado Aberto*  
Fábio Martins Trajano de Arruda – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*  
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Departamento das Reservas Internacionais*  
Marcelo Antonio Thomaz de Aragão – *Dep. de Assuntos Internacionais*  
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*

**Demais participantes** (presentes em 17/6 e na manhã de 18/6): Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*  
André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Dep. de Monitoramento do Sistema Financeiro*  
Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*  
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*  
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*  
Erasto Villa Verde de Carvalho Filho – *Procurador-Geral*  
Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*  
Fernando Augusto Ferreira Lemos – *Chefe do Departamento de Estatísticas*  
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores internacionais de Portfólio* (presente na manhã de 17/6)  
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Presidente*  
Laura Soledad Cutruffo Comparini – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*  
Leonardo Martins Nogueira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*  
Mardilson Fernandes Queiroz – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*  
Mario Rubem do Coutto Bastos – *Chefe Adjunto do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*  
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*  
Ricardo da Costa Martinelli – *Chefe Adjunto do Departamento das Reservas Internacionais*  
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*  
Rogerio Antonio Lucca – *Secretário Executivo*  
Simone Miranda Burello – *Assessora Sênior no Gabinete do Diretor de Política Monetária*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

### **A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom<sup>1</sup>**

1. O ambiente externo mantém-se adverso e particularmente incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente acerca de suas políticas comercial e fiscal e de seus respectivos efeitos.
2. Além disso, o comportamento e a volatilidade de diferentes classes de ativos também têm sido afetados, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes em ambiente de acirramento da tensão geopolítica.
3. Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho ainda tem apresentado algum dinamismo, mas observa-se certa moderação no crescimento.
4. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes mantiveram-se acima da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2025 e 2026 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 5,2% e 4,5%, respectivamente.

### **B) Cenários e análise de riscos**

5. O cenário prospectivo de inflação segue desafiador em diversas dimensões. O Comitê analisou o cenário internacional, a atividade econômica, a demanda agregada, as expectativas de inflação e a inflação corrente. Em seguida, discutiu as projeções e expectativas de inflação para então deliberar sobre a decisão corrente e comunicação futura.
6. O cenário externo mostra-se adverso e particularmente incerto. O Comitê avaliou que houve alguns desenvolvimentos que permitiriam a conclusão de uma melhora no cenário internacional, como a reversão parcial das tarifas, mas permaneceu a visão preponderante de um cenário internacional ainda incerto e volátil. Em particular, o Comitê segue avaliando que o choque de incerteza pode ser relevante. Tampouco é clara qual será a trajetória fiscal nos Estados Unidos, tanto na magnitude de estímulo quanto na consolidação fiscal final. Além disso, o conflito geopolítico no Oriente Médio e suas possíveis consequências sobre o mercado de petróleo também adicionam incerteza sobre o cenário externo prospectivo. O cenário já tem provocado mudanças nas decisões de investimento e consumo. Ainda é cedo para concluir qual será a magnitude do impacto sobre a economia doméstica, que, por um lado, parece menos afetada pelas recentes tarifas do que outros países, mas, por outro lado, é impactada por um cenário global adverso.
7. As condições financeiras globais que prevalecerão nesse cenário adverso serão particularmente importantes, em um ambiente com incertezas econômicas e geopolíticas amplificadas. Notou-se, novamente, um padrão de correlações de ativos, incluindo moedas, diferente do usual quando da ocorrência de choques de aversão a risco. O Comitê reforçou que o compromisso dos bancos centrais com o atingimento das metas é um ingrediente fundamental no processo desinflacionário, corroborado pelas recentes indicações de ciclos cautelosos de distensão monetária em vários países e a ênfase na ancoragem das expectativas. Como usual, o Comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica de inflação interna e seu impacto sobre o cenário prospectivo. Reforçou-se, ademais, que um cenário de maior incerteza global e de movimentos cambiais mais abruptos exige maior cautela na condução da política monetária doméstica.
8. A conjuntura de atividade econômica doméstica segue marcada por sinais mistos com relação à desaceleração de atividade, mas observa-se certa moderação de crescimento.

<sup>1</sup> A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em maio (270ª reunião).

A divulgação do PIB do primeiro trimestre indicou, conforme esperado, um crescimento forte nos setores menos sensíveis ao ciclo econômico, em particular agropecuária. Houve alguma moderação nos demais setores, ainda que apresentando certo dinamismo em vários subsetores. Observou-se, nesse sentido, uma reversão parcial do consumo das famílias, após queda no trimestre anterior, e expansão do investimento. No consumo, a resiliência pode estar relacionada ao próprio dinamismo do mercado de trabalho, que mantém a renda em ritmo de crescimento elevado, e o mercado de crédito, que tem apresentado inflexão, mas ainda está dinâmico. Para os dados mais recentes de atividade econômica, o processo de moderação de crescimento segue ocorrendo, embora de forma bastante gradual. Os indicadores mais recentes de comércio, serviços e indústria sugerem um crescimento mais moderado, e os indicadores de confiança se mantêm em níveis mais baixos, apesar de alguma reversão recente. Dadas as defasagens inerentes aos mecanismos de transmissão da política monetária, espera-se que tais efeitos se aprofundem nos próximos trimestres. O Comitê reforça que o arrefecimento da demanda agregada é um elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da inflação à meta.

9. Outro fator que tem contribuído, ao longo dos últimos anos, para o dinamismo de atividade tem sido o mercado de trabalho. Tanto do ponto de vista de renda, com ganhos reais acima da produtividade, como do emprego, com aumento do nível de ocupação e redução expressiva da taxa de desemprego para níveis historicamente muito baixos, o mercado de trabalho tem dado bastante suporte ao consumo e à renda. Os dados mais recentes corroboram a interpretação de um mercado de trabalho dinâmico com expressiva geração de empregos formais e redução da taxa de desemprego. Houve, por outro lado, alguma desaceleração nos rendimentos, mas ainda persistem em patamar elevado, dando suporte ao crescimento da renda ampliada das famílias. Ressaltou-se que a inflexão no mercado de trabalho também é parte dos mecanismos de transmissão da política monetária e deve ficar mais evidente e forte ao longo do tempo, de modo compatível com um cenário de política monetária restritiva.

10. O mercado de crédito também se manteve pujante nos últimos trimestres em função do dinamismo do mercado de trabalho e da atividade econômica. Recentemente, condizente com o cenário atual de aperto de condições financeiras e de elevação de prêmio de risco, o crédito bancário tem apresentado inflexão, com elevação das taxas de juros, menor apetite ao risco na oferta de crédito e redução no ritmo das concessões de crédito. Observa-se um recuo nas concessões de crédito livre, enquanto as concessões de crédito direcionado se mantiveram mais resilientes. Em particular, no crédito às pessoas físicas, há um aumento do comprometimento da renda familiar com o serviço das dívidas e um aprofundamento do fluxo de crédito negativo, ou seja, maior pagamento do que contratação de dívida por parte das pessoas físicas.

11. A política fiscal tem um impacto de curto prazo, majoritariamente por meio de estímulo à demanda agregada, e um impacto de médio prazo, que incorpora os efeitos do prêmio a termo da curva de juros. Uma política fiscal que atue de forma contracíclica e contribua para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da inflação à meta. Assim, o debate mais recente, com ênfase na dimensão estrutural do orçamento fiscal e na redução ao longo do tempo de gastos tributários, tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e de ter impactos sobre o prêmio da curva de juros. O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. O Comitê, em sua análise de atividade, manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas.

12. As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, mantiveram-se acima da meta de inflação em todos os horizontes, tornando o cenário de inflação mais adverso. Nos horizontes mais curtos, a partir da divulgação dos dados mais recentes, observa-se uma queda nas expectativas de inflação. Para os horizontes mais longos, por outro lado, não houve alteração relevante entre as reuniões do Copom. A desancoragem das expectativas de inflação é um fator de desconforto comum a todos os membros do Comitê e deve ser combatida. Foi ressaltado que ambientes com expectativas desancoradas aumentam o custo de desinflação em termos de atividade. O cenário de convergência da inflação à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos. Na discussão sobre esse tema, a principal conclusão obtida e compartilhada por todos os membros do Comitê foi de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado.

13. O cenário de inflação de curto prazo segue adverso, mas apresentou surpresas baixistas no período recente em relação ao que os analistas previam. A inflação de bens industrializados, que já tinha mostrado menor força nos preços ao atacado, continuou a se arrefecer no período mais recente. Os preços de alimentos também apresentaram uma dinâmica um pouco mais fraca do que era esperado. Por fim, a inflação de serviços, que tem maior inércia, segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta, em contexto de hiato positivo. Para além das variações dos itens, ou mesmo das oscilações de curto prazo, o Comitê se deteve na análise de que os núcleos de inflação têm se mantido acima do valor compatível com o atingimento da meta há meses, corroborando a interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado.

14. O Comitê se debruçou então sobre as projeções. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R\$5,60/US\$<sup>2</sup>, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2025 e de 2026.

15. No cenário de referência, as projeções para a inflação acumulada em quatro trimestres para 2025 e para 2026, atual horizonte relevante de política monetária, são, respectivamente, 4,9% e 3,6% (Tabela 1).

16. Com relação ao balanço de riscos, avaliou-se que o cenário de maior incerteza segue apresentando riscos mais elevados do que o usual tanto de alta quanto de baixa para o cenário de inflação. O Comitê avaliou que, entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das *commodities* com efeitos desinflacionários.

17. Prospectivamente, o Comitê seguirá acompanhando o ritmo da atividade econômica, fundamental na determinação da inflação, em particular da inflação de serviços; o repasse do câmbio para a inflação, após um processo de maior volatilidade

---

<sup>2</sup> Valor foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

da taxa de câmbio; e as expectativas de inflação, que se mantêm desancoradas e são determinantes para o comportamento da inflação futura. Enfatizou-se que os vetores inflacionários seguem adversos, como resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, expectativas de inflação desancoradas e projeções de inflação elevadas. Tal cenário prescreve uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado para assegurar a convergência da inflação à meta.

### **C) Discussão sobre a condução da política monetária**

18. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

19. O Comitê optou pela elevação de 0,25 ponto percentual, avaliando que a economia ainda apresenta resiliência, o que dificulta a convergência da inflação à meta e requer maior aperto monetário. Por outro lado, ressaltou-se que o ciclo até então empreendido foi particularmente rápido e bastante firme, reforçando o entendimento de que, dadas as defasagens inerentes aos efeitos da política monetária, grande parte dos impactos da taxa mais contracionista ainda está por vir. Em função disso, o Comitê comunicou que antecipa uma interrupção no ciclo de elevação de juros para avaliar os impactos acumulados ainda a serem observados da política monetária. Ressaltou-se, novamente, que a construção da confiança necessária para definir o patamar apropriado de restrição monetária ao longo do tempo passa por assegurar que os canais de política monetária estejam desobstruídos e sem elementos mitigadores para sua ação.

20. O Comitê avalia que, após um ciclo rápido e firme de elevação de juros, antecipa-se, como estratégia de condução de política monetária, interromper o ciclo de alta e observar os efeitos do ciclo empreendido para, então, avaliar se a taxa de juros corrente é apropriada para assegurar a convergência da inflação à meta. Ressaltou-se que, determinada a taxa apropriada de juros, ela deve permanecer em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado devido às expectativas desancoradas. O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado.

### **D) Decisão de política monetária**

21. O Comitê segue acompanhando com atenção como os desenvolvimentos da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho. Para assegurar a convergência da inflação à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado.

22. O Copom decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 15,00% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

23. Em se confirmando o cenário esperado, o Comitê antecipa uma interrupção no ciclo de alta de juros para examinar os impactos acumulados do ajuste já realizado, ainda por serem observados, e então avaliar se o nível corrente da taxa de juros, considerando a

sua manutenção por período bastante prolongado, é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta. O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado.

24. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Gabriel Muricca Galípolo (presidente), Ailton de Aquino Santos, Diogo Abry Guillen, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, Izabela Moreira Correa, Nilton José Schneider David, Paulo Picchetti, Renato Dias de Brito Gomes e Rodrigo Alves Teixeira.

**Tabela 1**  
**Projeções de inflação no cenário de referência**  
Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres (%)

Índice de preços	2025	2026
IPCA	4,9	3,6
IPCA livres	5,2	3,4
IPCA administrados	3,8	4,1



**Ministério da Previdência Social - MPS**  
**Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC**  
**Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS**  
**CADPREV**

## RELATÓRIO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS

**ENTE:** 19.875.046/0001-82 - Coronel Fabriciano **UF:** MG **Competência:** 5/2025

**PRÓ-GESTÃO:** Sem Nível

**Representante Legal do Ente:** 788.504.366-53 - SADI LUCCA

**Unidade Gestora:**

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Coronel Fabriciano - PREVCEL

**Representante Legal da Unidade Gestora:** 004.751.166-40 - ANDERSON FIEDLER BREMER

**Gestor de Recursos:** 004.751.166-40 - ANDERSON FIEDLER BREMER

**Certificação do Gestor:** CP RPPS CGINV I

### Variação do Saldo da Carteira

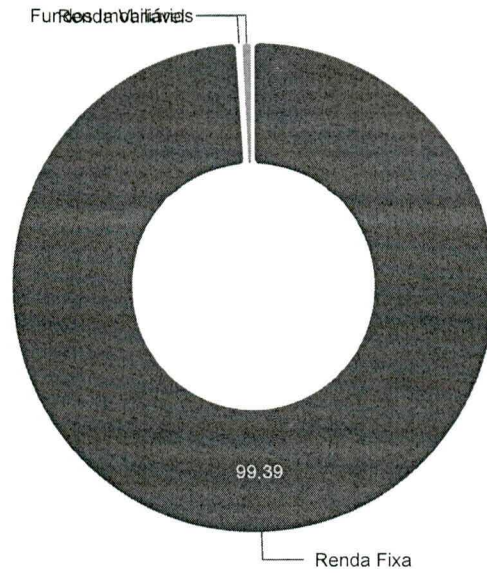
Tipos de Ativo	05/2024 (R\$)	04/2025 (R\$)	05/2025 (R\$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
Renda Fixa	90.540.048,89	153.808.373,60	157.988.310,53	99,39%		
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	49.376.701,44	114.059.912,75	131.591.569,37	82,79%	166,51%	15,37%
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	41.163.347,45	39.748.460,85	26.396.741,16	16,61%	-35,87%	-33,59%
Renda Variável	6.036.364,61	1.171.552,63	0,00			
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I	6.036.364,61	1.171.552,63	0,00		-100,00%	-100,00%
Fundos Imobiliários	1.460.363,38	957.872,75	965.724,17	0,61%		
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11	1.460.363,38	957.872,75	965.724,17	0,61%	-33,87%	0,82%
<b>TOTAL</b>	<b>98.036.776,88</b>	<b>155.937.798,98</b>	<b>158.954.034,70</b>			

**Segmentos não enquadrados na CMN**

Tipos de Ativo	05/2024 (R\$)	04/2025 (R\$)	05/2025 (R\$)	% Carteira	% Ano x Ano	% Mês x Mês
TOTAL	-	-	0,00			

## Portfólio

Rentabilidade no Mês: 1,06%



## Portfólio Detalhado

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	5/2025 (%)	R\$	Rent. Mês (%)	Patrimônio Líquido (R\$)	% PL
				158.954.034,70	1,06		
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b			82,79	131.591.569,37			
09.577.447/0001-00 - SANTANDER RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS PREMIUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO			9,83	15.627.930,10	1,13	8.614.210.559,64	0,18
11.046.645/0001-81 - BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO			19,93	31.675.358,51	0,95	33.808.672.498,30	0,09
05.164.356/0001-84 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			34,21	54.384.232,93	1,13	23.547.384.900,10	0,23
10.577.519/0001-90 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TITULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO			5,36	8.513.564,45	0,94	640.279.779,81	1,33

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	5/2025 (%)	Rent.		Patrimônio Líquido (R\$)	% PL
				R\$	Mês (%)		
				158.954.034,70	1,06		
54.602.092/0001-09 - BB PREVIDENCIARIO RF TITULOS PUBLICOS VERTICE 2026 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESP LIM			9,71	15.432.734,40	0,79	4.268.053.688,86	0,36
10.740.670/0001-06 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1 TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA			1,22	1.942.193,91	1,06	8.668.126.500,91	0,02
11.061.217/0001-28 - CAIXA FI BRASIL IMA BRASIL TP RF LP			1,71	2.715.555,07	1,25	433.162.222,49	0,63
10.979.025/0001-32 - SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA			0,82	1.300.000,00	1,05	128.540.000,00	1,01
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a			16,61	26.396.741,16			
13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			0,00	5.964,24	0,96	4.911.669.179,07	0,00
03.737.206/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO			15,48	24.611.178,26	1,15	23.547.384.900,10	0,10
10.646.895/0001-90 - CAIXA NOVO BRASILFIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA B			1,12	1.779.598,66	1,76	627.103.817,11	0,28
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I			0,00	0,00			
30.068.224/0001-04 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE ACOES CAIXA ACOES MULTIGESTOR			0,00	0,00	3,10	352.848.646,71	0,00
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11 - (5,00%)			0,61	965.724,17			
13.584.584/0001-31 - BRAZILIAN GRAVEYARD & DEATH CARE SERVICES FII			0,61	965.724,17	0,82		

Ativo	Fundo Constituído	Marcação	5/2025 (%)	Rent.		Patrimônio Líquido (R\$)	% PL
				R\$	Mês (%)		
				158.954.034,70	1,06		
	<b>Total da Carteira (Resolução CMN)</b>			158.954.034,70			
	Saldo em Conta Corrente			0,00			
	Saldo em Conta Poupança			0,00			
	<b>Total Geral da Carteira</b>			158.954.034,70			
		Renda Fixa	99,39	157.988.310,53			
		Renda Variável	0,00	0,00			
		Fundos Imobiliários	0,61	965.724,17			

Segmentos não enquadrados na CMN

### APRs de Aplicação

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R\$)	Patr. Líquido (R\$)
<u>A2505007</u>	05.164.356/0001-84 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	29/05/2025	2.401.982,307959	6,24	23.547.384.900,10
<u>A2505005</u>	03.737.206/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	06/05/2025	202.498,217957	5,79	23.547.384.900,10
<u>A2505010</u>	13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	09/05/2025	1.821,168462	3,11	4.911.669.179,07
<u>A2505011</u>	13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	15/05/2025	1.075.851,705376	3,11	4.911.669.179,07
<u>A2505009</u>	10.979.025/0001-32 - SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	29/05/2025	32.504,127862	39,99	128.540.000,00

### APRs de Resgate

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R\$)	Patr. Líquido (R\$)
<u>A2505006</u>	03.737.206/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	29/05/2025	2.568.647,093203	5,84	23.547.384.900,10
<u>A2505008</u>	30.068.224/0001-04 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE	05/05/2025	1.025.077,289897912	1,14	352.848.646,71

APR	Identificação	Operação	Quantidade	VI Unit (R\$)	Patr. Líquido (R\$)
	FUNDOS DE INVESTIMENTO DE ACOES CAIXA ACOES MULTIGESTOR				
<u>A2505012</u>	13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	19/05/2025	43,782365	3,12	4.911.669.179,07
<u>A2505013</u>	13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	29/05/2025	415.637,810818	3,13	4.911.669.179,07
<u>A2505014</u>	13.077.415/0001-05 - BB PREVIDENCIARIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	30/05/2025	660.085,293934	3,13	4.911.669.179,07

**TOTAL DE RECURSOS APLICADOS PELO RPPS NO MÊS: R\$ 20.825.223,18**

**TOTAL DE RECURSOS RESGATADOS PELO RPPS NO MÊS: R\$ 19.537.235,98**

#### Comitê de Investimento

CPF	Nome	Início de Vigência
004.751.166-40	ANDERSON FIEDLER BREMER	24/11/2022
921.905.376-49	WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA	30/01/2025
833.654.516-68	ELAINE GONCALVES SILVA RODRIGUES	24/11/2022

#### Conselho Deliberativo

CPF	Nome	Início de Vigência
037.262.596-78	LUCILENE SOARES FARIAS ANDRADE	22/05/2023
060.824.006-07	Hedelayne Gomes Oliveira	22/05/2023
658.491.166-72	Elenoir Carlos Pinto	22/05/2023
894.462.166-72	WANDERLEIA MENDES GUEDES	22/05/2023

#### Conselho Fiscal

CPF	Nome	Início de Vigência
047.209.566-88	SUELI PEREIRA FIRMINO DA SILVA	22/05/2023

CPF	Nome	Início de Vigência
013.504.896-62	ARILDA LUCIANA DE CARVALHO	22/05/2023
354.305.596-87	DÉCIO CLÁUDIO MENDONÇA FERNANDES	22/05/2023
626.987.456-49	NEWTON ARAÚJO AGUERO	22/05/2023

### Assinatura do Documento

CPF	Nome	Cargo	Assinatura Digital
004.751.166-40	ANDERSON FIEDLER BREMER	Gestor de Recursos	03/06/2025 16:00:43
004.751.166-40	ANDERSON FIEDLER BREMER	Representante da Unidade Gestora	03/06/2025 16:00:43



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=1871143&crc=F5EB9F87>, informando o **Código Verificador: 1871143** e o **Código CRC: F5EB9F87**.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## Resolução CMN nº 5.141 de 26/6/2024

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.141, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Fixa o índice de preços a ser adotado para fins da nova sistemática de meta para a inflação estabelecida pelo Decreto nº 12.079, de 26 de junho de 2024, bem como a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de junho de 2024, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 179, de 24 fevereiro de 2021, e no Decreto nº 12.079, de 26 de junho de 2024,

**RESOLVEU:**

Art. 1º O índice de preços a ser adotado para fins da nova sistemática de meta para a inflação, de que trata o art. 4º do Decreto nº 12.079, de 26 de junho de 2024, é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional, mediante proposta do Ministro de Estado da Fazenda, determinará índice substituto eventual, na impossibilidade de se aferir o índice de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 2º A meta para a variação acumulada em doze meses do índice de preços indicado no art. 1º, apurada mês a mês, a ser aplicada no período que se inicia em 1º de janeiro de 2025, é fixada em 3,00% (três inteiros por cento), com intervalo de tolerância de menos 1,50 p.p. (um e meio ponto percentual) e de mais 1,50 p.p. (um e meio ponto percentual).

Art. 3º O Banco Central do Brasil efetivará as necessárias modificações em seus regulamentos e normas, visando à execução do contido nesta Resolução.

Art. 4º Ficam revogados:

I- os seguintes dispositivos da Resolução CMN nº 5.018, de 23 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2022:

a) o art. 1º; e

b) os arts. 2º a 5º; e

II- a Resolução CMN nº 5.091, de 30 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2023.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor:

I- em 1º de janeiro de 2025, quanto ao art. 4º, *caput*, inciso I, alínea “a”; e

II- na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO  
Presidente do Banco Central do Brasil